

**“SE PÁ, NÃO ERA!”:
RELAÇÕES GERACIONAIS E ADULTOCENTRISMO
NO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE¹**

João Paulo Pontes²

Resumo: Com o processo de redemocratização das instituições políticas brasileiras, ampliaram-se iniciativas visando à participação da sociedade civil em decisões públicas. Neste contexto, o Orçamento Participativo (doravante OP) de Porto Alegre formalmente possibilita a participação cidadã no planejamento dos recursos públicos da cidade. Contraditoriamente, observam-se baixos índices de participantes em idades até 25 anos, índices agravados nas instâncias de maior representatividade e poder de decisão – observação que reforça crescentes análises acerca do desinteresse da maioria de pessoas tidas como jovens em instituições democráticas, em detrimento de formas não tradicionais e institucionalizadas de exercício da cidadania. Porém, muitas destas análises reproduzem concepções substancialistas, essencialistas e naturalizadas ao definir juventude como período de transição entre infância e vida adulta. Paradoxalmente, sustenta-se aqui um deslocamento epistemológico, considerando-se o objeto como socialmente construído, estruturalmente situado na dimensão das relações geracionais – relações forjadas em exercícios de poder e dominação, distintas nos variados contextos.

Palavras-chave: Relações geracionais. Adultocentrismo. Participação. Orçamento Participativo.

O tema da participação juvenil em processos sociais e políticos tem sido objeto de um número crescente de abordagens³. A análise mais recorrente é de que, em sua expressiva maioria, os agentes compreendidos como jovens estão, por um lado, vivenciando uma espécie de desinteresse em relação às instituições democráticas e, por outro lado, inventando ou reinventando formas não tradicionais e não institucionalizadas de exercício da cidadania⁴.

¹ Versão resumida do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, tendo sido orientado pelo Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi, e sua Banca de Avaliação composta também pelo Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda e pelo Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano.

² Bacharel em Ciências Sociais, mestrando em Sociologia e integrante do Grupo de Pesquisas Democracia Participativa, Esfera Pública e Cidades (UFRGS). <http://paginas.ufrgs.br/democraciaparticipativa> / joaoppontes@gmail.com

³ Em espaços formais e informais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, meios de comunicação de massa, pesquisas, na definição de estratégias partidárias, na formulação de políticas públicas etc.

⁴ Destacadamente, em expressões e organizações artístico-culturais, ONG's e ativismo digital, tendo como principais temas de associação as lutas pela garantia dos Direitos Humanos (especialmente, gênero, sexualidade, raça/etnia e meio ambiente). O movimento estudantil brasileiro, tão expressivo nas décadas de 60 e no período 77-85 (na luta contra a ditadura militar), além da década de 90 (movimento “caras pintadas”, no processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo), hoje passa por um quadro de refluxo de

Boa parte das pesquisas tem buscado compreender as especificidades do que é ser/estar jovem nos dias de hoje, suas diferentes realidades sociais, as formas como os e as jovens vivenciam a condição juvenil e como se relacionam com a política. Entretanto, é criticável a essencialização que muitas concepções reproduzem com suas definições. Ao definir juventude de forma isolada, substancialista e naturalizada, escapa a estas concepções a dimensão relacional e histórica do objeto em questão, mergulhando assim na *doxa*, no senso comum⁵.

Juventude é uma invenção, uma construção social. Bourdieu (1983, p. 112) polemiza: “é apenas uma palavra”⁶. Em um primeiro momento, é necessário reconstruí-la historicamente. Em quais condições surge a ideia de juventude como um período da vida? Imbricadas em quais relações de poder é produzida a periodização da vida em estágios evolutivos? Por quais transformações tem passado? O paradoxo⁷ sustentado aqui é o de que a construção social das juventudes trata-se de um fenômeno estruturalmente situado na dimensão das relações geracionais; relações estas forjadas em exercícios de poder e dominação, sendo distintas em contextos de classe, relações de gênero, etnia etc.

Com o processo de redemocratização das instituições políticas brasileiras, inúmeras inovações têm sido desenvolvidas com o intuito de garantir e promover a ampliação da participação da sociedade civil nas decisões públicas. Destarte, ao tratar do tema da participação de agentes entendidos como jovens, surge como fundamental a ênfase na dimensão relacional em que se produzem e reproduzem, nas próprias instituições democráticas, discursos sobre as gerações – expressas, entre outras, nas representações sobre juventude e nas concepções sobre o curso da vida⁸.

mobilização. Sobre este tema, ver Mische (1997), em que pese a mistificação proposta pela autora em seu entendimento sobre juventude (reproduz o essencialismo psicologizante), bem como Abramo (1997) e Sposito (2000).

⁵ Conseqüentemente, ao tentar entender o porquê da baixa participação de jovens em instituições democráticas utilizando-se de categorias estanques/desistorizadas para lhes definir, acabam legitimando e reproduzindo discursos que justamente impedem e/ou desestimulam a própria participação supostamente pretendida.

⁶ Alguns textos produzidos sobre juventudes no Brasil apresentam críticas a postura de Bourdieu sobre o tema. Entretanto, boa parte cita apenas este título polêmico dado a uma entrevista, sem dialogar com as demais questões apontadas pelo autor.

⁷ “Não no sentido de aproximação à *doxa*, mas no outro sentido do prefixo grego *pára*: isto é, no de *oposição* à *doxa* dominante.” (PAIS, 1990, p.139)

⁸ Tais instituições estariam marcadas pelo adultocentrismo como discurso ideológico de legitimação da gerontocracia? Além disto, faz-se necessário, ainda, o questionamento quanto às demais condições sociais possibilitadas diferentemente para a pluralidade de grupos tidos como juvenis, tais como capital econômico, social, cultural, político etc., o que certamente complexifica (e quem sabe inviabiliza) a possibilidade de unificação de tais realidades e disposições em uma única categoria.

Em se tratando de uma esfera pública de co-gestão que, formalmente, possibilita a participação de qualquer cidadã e cidadão da cidade com no mínimo 16 anos, como compreender os baixos índices de participantes com idades inferiores a 25 anos nas principais instâncias de decisão do Orçamento Participativo (doravante OP) de Porto Alegre? Os dados produzidos em pesquisa coordenada por Luciano Fedozzi (2007) indicam uma predominância geracional contrastante com as gerações hoje hegemonicamente identificadas como de jovens⁹, sendo que esta predominância se amplia radicalmente conforme as instâncias contam com maior grau de representatividade e atribuições de poder¹⁰. Estes dados indicam a possibilidade de que a participação em condições de igualdade, pressuposto básico da democracia, possa estar sendo obstruída no Orçamento Participativo de Porto Alegre em detrimento à reprodução da dominação tradicional gerontocrática¹¹.

O tema da pesquisa consiste, portanto, nas relações de poder exercidas entre as gerações no contexto das inovações participativas institucionalizadas.

O objeto empírico é delimitado pelas relações de poder estabelecidas entre as gerações participantes do OP de Porto Alegre – especificamente, no Fórum Temático de Cultura, no Fórum da Região Centro e no Conselho do Orçamento Participativo (COP), conforme será justificado adiante.

O problema que norteia a investigação é formulado por meio das seguintes perguntas sociológicas. O Orçamento Participativo de Porto Alegre é marcado pelo adultocentrismo

⁹ “A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, (...) o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotados de interesses comuns e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente” (BOURDIEU, 1983, p. 113). De acordo com a postura ontológica e epistemológica sustentada, não será feita uma definição do que é juventude, mas este conceito será utilizado em referência aos seus diversos usos, nos seus variados contextos (como um conceito êmico), sem a utilização de aspas. Estatisticamente, será usada a faixa entre 16 e 25 anos, ou até 29 anos, de acordo com os propósitos, conforme explicitados.

¹⁰ Mesmo representando 24,3% da cidade (IBGE, 2000), as pessoas com idades entre 16 e 25 anos somam 19% do total de participantes no OP, percentual que cai a 8,1% nos Fóruns de Delegados/as (instância intermediária de representação), chegando a apenas 1,7% no Conselho do Orçamento Participativo (instância máxima de representação e decisão). Portanto, dentre os conselheiros e as conselheiras, há uma defasagem de 22,6% em relação ao percentual da população de pessoas entre 16 e 24 anos na cidade de Porto Alegre; e, pelo contrário, uma preponderância de quase 70% de participantes entre 42 e 60 anos, sendo que representam pouco menos de 30% da população da cidade.

¹¹ Segundo Fedozzi (2009, pp.29-30), “(...) as práticas da democracia participativa não criam, por si só, oportunidades equânimes entre os grupos e indivíduos. Existem situações desiguais e assimétricas que constituem a estrutura social do país e a realidade local e que exercem forte tendência de se reproduzir - não mecânica ou determinísticamente - em situações constituídas por um espaço comum para a tomada de decisões. No caso do OP aqui ilustrado, isso significa que essa inovação democrática reproduz, em parte, algumas desigualdades oriundas da disposição diferenciada ocupada no espaço social pelas camadas sociais, em função dos capitais socioeconômico, cultural e social. (...) A pressuposição da igualdade de condições e de tratamento igual entre desiguais incorre em contradição com o objetivo de transformar o processo de participação em ‘Escola de Cidadania’”.

como valor hegemônico e pela dominação gerontocrática? As dinâmicas de relações entre participantes do OP contribuem para a configuração de uma preponderância etária, agravada conforme a escala de poder das instâncias representativas do mesmo? Quais são os capitais e as estratégias que estruturam as disputas de poder no OP, especificamente no que diz respeito às relações geracionais? O desenho institucional, os procedimentos adotados e as regras do OP contribuem para a legitimação e a reprodução da gerontocracia e obstaculizam o aprofundamento da democratização nesta inovação participativa?

A pesquisa tem como objetivo principal identificar os tipos de relações que são estabelecidas entre as distintas gerações que compartilham o espaço comum formado pelo OP, como uma instituição inovadora de democracia participativa.

Especificamente, pretende-se: identificar e analisar os significados atribuídos ao curso da vida, à idéia de juventude e à participação de agentes tidos como jovens no OP e suas instâncias representativas; identificar e analisar a disposição objetiva dos agentes nas estruturas hierárquicas a partir das classificações etárias; analisar o desenho institucional, os procedimentos e as regras do OP de Porto Alegre à luz das possibilidades e dos constrangimentos à participação das diferentes gerações, bem como à efetivação dos princípios normativos da democracia deliberativa, como serão apresentados; por fim, contribuir para a reflexão crítica sobre a promoção da equidade entre as e os participantes do OP, bem como para o aprofundamento da democratização no âmbito das inovações institucionais participativas¹².

A hipótese que orienta a presente investigação é de que as relações de poder exercidas entre as gerações no Orçamento Participativo de Porto Alegre são marcadas pelo adultocentrismo, sendo esta concepção objetivada e legitimada através de estratégias de reprodução das hegemônicas representações evolucionistas acerca do curso da vida e da noção de juventude entendida como um período de preparação para a vida adulta – momento compreendido como o de reais condições para o exercício pleno e responsável da cidadania. É também manifestado nas lógicas discursivas e demais configurações simbólicas que reforçam modelos hegemônicos de atuação, notadamente contrários às linguagens socialmente

¹² Infelizmente, uma perspectiva relacional, construtivista e crítica ao adultocentrismo e à gerontocracia pouco tem mobilizado discursivamente os movimentos sociais brasileiros, inclusive os ligados às pautas juvenis. Boa parte reforça estereótipos e generalizações mistificadoras, tais como disposição, determinação, garra, rebeldia, preparação, futuro, criatividade etc.

associadas às juventudes¹³. A dominação geracional é também favorecida no próprio desenho institucional, nos procedimentos e nas regras vigentes no OP, os quais se tornam obstáculos ao aprofundamento da democracia e efetivação desta inovação institucional participativa como modelo de democracia deliberativa.

1. Objeto de estudo, metodologia e técnicas de investigação

Ao todo, o OP conta hoje com um desenho institucional composto por 6 Assembléias Temáticas e 17 Assembléias Regionais. Cada ciclo do OP tem a duração de um ano¹⁴, sendo então organizado em três etapas¹⁵. Devido à amplitude numérica de participantes no OP de Porto Alegre, a opção metodológica foi limitar o campo amostral especificamente aos e às participantes das Assembléias Temática de Cultura, Região Centro e ao COP¹⁶.

¹³ Desta forma, o título do trabalho representa metaforicamente a seguinte construção: “se pá”, na linguagem corrente de alguns grupos entendidos (e que podem se entender) como juvenis, significa uma condição (“se”) que, dependendo de um ou mais fatores (“pá”), pode gerar um posicionamento positivo (“era”) ou negativo (“não era”). Portanto, a hipótese apresentada neste trabalho é de que se (“se”) marcada por valores e práticas adultocêntricas (“pá”), a participação destes grupos em instituições democráticas não seria por eles desejada (“não era!”). Por outro lado, pode também representar o posicionamento dos agentes orientados pelo adultocentrismo que, ao categorizar uma ou um participante (“se”), identificassem a utilização desta linguagem como juvenil (“pá”), combateriam e/ou desestimulariam a sua participação em instâncias com maiores atribuições de poder (“não era!”). “Se pá, não era!” sintetiza a perspectiva relacional da participação juvenil em instituições democráticas marcadas pelo adultocentrismo e pela dominação gerontocrática.

¹⁴ Fundamentalmente, em razão de ser este o período de planejamento e execução do orçamento público.

¹⁵ Na primeira etapa, são realizadas Assembléias no âmbito de cada Região e de cada Temática. Todos os cidadãos e todas cidadãs da cidade com mais de 16 anos podem participar das Assembléias, com direito à voz e à voto (trata-se, portanto, do momento em que realiza-se a democracia direta). São eleitas as diretrizes orçamentárias (que nortearão o planejamento do próximo ano), bem como 2 conselheiras/os titulares e 2 suplentes para compor o Conselho do Orçamento Participativo (COP). Na segunda etapa do ciclo, são formadas as instâncias institucionais de participação, todas compostas por representação: 17 Fóruns Regionais e 6 Fóruns Temáticos de Delegados e Delegadas (instâncias intermediárias) e o Conselho do Orçamento Participativo (instância máxima de decisão). Os Fóruns Regionais e Temáticos são compostos pela representação dos e das participantes da primeira etapa, numa proporção de 1 delegado/a para cada 10 participantes (cada organização – associação de moradores, clube de mães, escola, ONG, sindicato etc. – indica quem irá lhes representar). Os Fóruns reúnem-se periodicamente ao longo do ano (pelo menos uma vez por mês), tendo como pautas a apresentação de demandas e a escolha (por consenso ou por votação) das políticas (obras, serviços, projetos etc.) que irão compor o Plano de Investimentos (PI) dos recursos públicos do ano seguinte (com base nas diretrizes definidas nas Assembléias); acompanhar a execução das demandas decididas no ano anterior; bem como tratar dos temas discutidos no COP (como o regimento, as questões orçamentárias etc.), orientando assim os posicionamentos de sua representação no COP. Por último, o COP é instância máxima de decisão, composta pelas representações eleitas nas Assembléias Regionais e Temáticas, e reunindo-se semanalmente (recentemente as reuniões passaram a ser quinzenais). Na terceira etapa, o objetivo é discutir e aprovar os planejamentos orçamentários do próximo ano: a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PI (Plano de Investimentos). O Regimento Interno do OP é discutido anualmente, nos Fóruns e no COP, sendo decidido nesta instância máxima de representação. Para mais informações acerca do desenho institucional e da metodologia do OP, consultar Fedozzi (1997).

¹⁶ A opção por uma Temática e por uma Região se deve ao fato de que cada uma delas tem objetos de orientação orçamentária relativamente distintas: as Temáticas definem prioridades para temas específicos (educação,

O método de investigação adotado no âmbito desta pesquisa utilizou-se de técnicas quanti-qualitativas, especificamente observação participante e, fundamentalmente, questionário estruturado, de tipo survey¹⁷

A principal técnica utilizada foi a aplicação de questionário junto aos e às participantes do Fórum de Delegados e Delegadas da Temática de Cultura e da Região Centro, bem como do Conselho do Orçamento Participativo (COP), num total de 83 casos, sendo 20 (24,1%) na Temática de Cultura, 36 (43,4%) na Região Centro e 27 (32,5%) no COP.

Todas/os delegados/as e conselheiras/os presentes nas reuniões foram convidadas a contribuir, sem que fosse realizado nenhum tipo de amostragem adicional¹⁸. As respostas foram informadas através de auto-preenchimento individual, sendo todas as perguntas objetivas¹⁹. As respostas foram agrupadas e categorizadas de acordo com o referencial analítico e com os objetivos da presente pesquisa²⁰. A investigação teve um caráter exploratório, não assumindo a pretensão de apresentar dados conclusivos e generalizáveis acerca do tema em voga.

esporte e lazer; cultura; desenvolvimento econômico, tributação e turismo; meio ambiente; circulação e transporte; assistência social e saúde), ao passo que as Regiões tratam da definição de suas prioridades territoriais, mas no âmbito do conjunto de políticas públicas. Portanto, esta escolha possibilita algumas comparações em relação aos espaços de atuação e os objetivos da participação sob o ponto de vista dos agentes em associação às suas faixas etárias, mesmo que sem a possibilidade da construção de generalizações a partir de apenas duas unidades (comparações podem ser feitas apenas em caráter exploratório). Dentre os Fóruns Temáticos, a escolha pelo de Cultura é justificada em razão da proximidade construída em anos anteriores, e pelo fato de que ela conta com o maior percentual de participação com até 25 anos (30%), comparativamente às demais Temáticas e até Regiões (Fedozzi, 2007, p. 25). Dentre os Fóruns Regionais, a escolha pelo Centro explica-se fundamentalmente em razão da facilidade de acesso, tendo em vista os escassos recursos disponíveis para a pesquisa empírica. Finalmente, a opção pelo Conselho do Orçamento Participativo é justificada pelo fato de que é a instância máxima de decisão, contando com alto grau de representatividade. Os *lôcus* de investigação foram delimitados no âmbito dos Fóruns Temático de Cultura, Região Centro e no COP em razão de que tais instâncias pressupõem a condição de participação continuada ao longo de todo o ano, em reuniões com periodicidade até semanais (como é o caso do COP e da Região Centro), diferentemente das Assembléias, que ocorrem apenas em uma única data durante o ciclo anual do OP. Entretanto, algumas observações foram produzidas nas Assembléias da Temática de Cultura e da Região Centro, sendo utilizadas quando das análises do desenho institucional, das regras e dos procedimentos realizados nestas ocasiões.

¹⁷ Segundo Baquero (2008, p.41), “este processo de saber como as pessoas pensam sobre determinados assuntos, aliado a técnicas sistemáticas específicas de análise, caracterizam a pesquisa tipo ‘survey’. Neste sentido, tudo o que se pode dizer é que ‘surveys’ estão preocupados com as características demográficas, o ambiente social, as atividades ou as opiniões e atitudes de um grupo de pessoas.”

¹⁸ É importante destacar que algumas pessoas não se dispuseram a responder (ao total, aproximadamente cinco), assim como o fato de que as pessoas ausentes não tiveram a possibilidade de responder às questões, já que o questionário foi aplicado em apenas uma reunião de cada um dos *lôcus* de pesquisa (todas no segundo semestre de 2010). Portanto, trata-se de uma amostragem aleatória dentro do universo de participantes em cada uma das referidas instâncias.

¹⁹ O questionário contou com 48 questões, abordando aspectos sociodemográficos; associativismo, trajetória de participação, expectativas e instância de participação no OP; opiniões sobre o OP e critérios para participação em instâncias representativas; opiniões sobre o curso da vida e suas classificações; significados atribuídos à juventude; e avaliações sobre a participação de jovens no OP e no tecido associativo.

²⁰ A verificação de frequências e de cruzamentos de dados quantitativos foram realizadas com o software SPSS. Alguns cruzamentos foram realizados utilizando-se do teste de Chi-quadrado (Pearson Chi-square) para verificar existência de associação estatística significativa.

2. Relações geracionais como questão sociológica

Para Karl Mannheim (1982), os indivíduos operam estruturalmente através de uma espécie de dialética interna, em que, a partir de um contato original com a herança acumulada, formam estratos de consciência. Todas as experiências posteriores tendem então a receber seu significado desse conjunto original, quer elas apareçam como verificação e finalização daquele conjunto, quer como sua negação e antítese. Ter nascido em uma mesma época, mas em contextos socioculturais muito diferentes (ser de uma mesma geração em sentido etário²¹), ou viver as mesmas situações históricas e sociais, mas em diferentes estratos de consciência, não faz com que os indivíduos compartilhem de uma mesma situação de geração: “o que realmente cria uma situação comum é elas estarem em uma posição para experimentar os mesmos acontecimentos, dados, etc., e especialmente incidam sobre uma consciência similarmente ‘estratificada’” (ibidem, p. 79-80). O fato de pertencer à mesma situação de geração proporciona aos indivíduos

uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante. (ibidem, p. 72)²²

Resumidamente, a definição que Mannheim atribui ao conceito de situação de geração se constitui como uma importante contribuição ao entendimento acerca das dinâmicas através das quais as estruturas simbólicas e materiais socialmente construídas são transmitidas, interpretadas, reproduzidas e reelaboradas pelos agentes sociais no que diz respeito às semelhantes e às diferentes posições em que estes se situam em relação às sucessões

²¹ O autor estabelece uma distinção entre as categorias “geração”, em sentido etário, e “situação de geração”, como apresentado acima. Destaca-se que o conceito geração é utilizado no âmbito desta pesquisa em referência ao que Mannheim (1982) define como “situação de geração”.

²² Um exemplo ilustrativo desta perspectiva pode ser identificado na efervescência política e cultural produzida por inúmeros/as estudantes ao redor do mundo no conhecido “Maio de 68”. Pode-se considerar que esta efervescência teria sido fortemente influenciada pelo choque de gerações. De um lado, estariam gerações fragilizadas com os traumas de duas grandes guerras mundiais, na tentativa de manter intactas as relações sociais que sustentassem a aparente calma do momento. De outro, gerações mais novas teriam tido as condições de, a partir da segregação institucional imposta pelo processo de educação formal, estabelecer laços sólidos de convívio e produção de reflexões, posicionamentos políticos e estilos de vida compartilhados. Para estas, o horizonte de possibilidades se apresentou como de radical negação do *status quo*, marcada pelo conservadorismo moral, econômico e político, e representado nas figuras do pai, do professor, do padre, do patrão e do chefe político. Um dos elementos importantes da contribuição de Mannheim (1982) é a possível reflexão de que esta reação se apresentou de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos sociais (nos diferentes países, por exemplo) e de acordo com os diferentes estratos sociais (classe, raça/etnia e gênero, por exemplo) – sendo que, inclusive, a própria efervescência não foi vivida por todos os agentes de mesma geração (no sentido do período de nascimento), expressando assim a diferença entre geração e situação de geração proposta pelo autor.

geracionais, às situações históricas e ao espaço social, bem como às contingências e às limitações a estas relacionadas²³.

Em cada contexto social e histórico, são inúmeras as representações que cada geração faz de si, das demais e do curso da vida, assim como, conseqüentemente, múltiplas são as possibilidades, limitações e características que podem assumir e construir. Fundamentalmente, os recortes que distinguem uma geração das demais são eles próprios construções sociais e, portanto, arbitrários. Trata-se, portanto, de relações de poder, força, hierarquias, dominação e desigualdades, havendo ou não consciência por parte dos agentes envolvidos nestas relações.

3. Construção social do adultocentrismo na modernidade

A maior parte das pesquisas²⁴ e dos desenhos de políticas públicas trata de definir juventude como um período da vida, de transição entre a infância e a vida adulta, delimitada por alguns indicadores: biológicos (ligados principalmente à puberdade e às disposições físicas), psicológicos (como as crises decorrentes da passagem de um estágio ao outro e o recebimento de novas atribuições, da experimentação da sexualidade, a construção de identidades, etc.), sociais (saída da educação formal e entrada no mercado de trabalho, acompanhada da saída da família de orientação e constituição da família de reprodução), culturais (construção de estilos de vida e linguagens especificamente juvenis, compostos por gostos musicais, formas de falar, roupas, acessórios, etc.), político-filosóficos (definição de posicionamentos sobre relações, valores, crenças, instituições sociais, etc.), assim como a combinação de dois ou mais destes elementos. Em geral, utiliza-se da perspectiva demográfica (as classificações etárias como indicadores) para a construção de levantamentos

²³ Helena Abramo (1994) sintetiza essa noção ao propor que o conceito de geração “tematiza a possibilidade de problematização da herança cultural e a produção de um estilo peculiar de ‘sentir, pensar e agir’ por parte dos jovens de cada contexto histórico particular” (p. 46). Entretanto, segundo Bourdieu (1983, p. 113), não podemos esquecer que “somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isso que os cortes, seja em classes de idade, seja em gerações, variam inteiramente e são objetos de manipulação”. A limitação de Mannheim (1982), seguido por Abramo (1994), constitui-se na definição de juventude em associação com o conceito de geração, tendo como base os supostos estágios da vida. Sendo assim, negligencia o fato de que tais marcadores são produtos de construções sócio-históricas que variam em diversos contextos (culturais, econômicos, nas relações de gênero etc.), inclusive não existindo em alguns deles: “Margaret Mead, a partir de observações que fez nas Ilhas Samoa, defende a idéia de que a adolescência é um fenômeno de sociedade, e que pode ser inexistente em algumas dentre estas – conforme essa autora, este é o caso nessas ilhas.” (EMMANUELLI, 2008, p.29).

²⁴ Como exemplo, Eisenstadt (1976), Mannheim (1982), Foracchi (1972), Levi e Schmitt (1996), Mische (1997) e Dick (2003).

e análises macro-sociológicas, no desenho de políticas públicas, entre outros usos²⁵. Consequentemente, tais abordagens limitam-se a observar o fenômeno juventude isoladamente, de forma substancialista, buscando defini-lo com base em suas supostas características essenciais, intrínsecas, naturais, dadas *a priori*. Portanto, abordagens deslocadas da dimensão estrutural e histórica em que o objeto é construído e reproduzido²⁶, no caso aqui considerado, as relações geracionais²⁷.

A ideia de que o curso da vida é inevitavelmente marcado por avanços evolutivos é hoje hegemônica, estando fortemente naturalizada no imaginário social e manifestada em pesquisas acadêmicas. A introdução que Eisenstadt dá à sua obra *De Geração a Geração* (1976), considerada uma das principais referências no tema, serve como exemplo destas concepções²⁸. A passagem por determinadas experiências inevitavelmente agregaria aos agentes as condições de melhor se posicionar diante de experiências semelhantes, o que pode ser caracterizado como expressão do empirismo científico típico da modernidade²⁹.

²⁵ Em 1985, Ano Internacional da Juventude, a Assembléia Geral das Nações Unidas definiu jovem como sendo o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos. O Estado brasileiro instituiu a faixa etária entre 15 e 29 anos como orientadora das políticas públicas de/para/com juventudes (BRASIL, 2005)

²⁶ O principal avanço das teorias feministas, neste sentido, é deslocar do debate toda e qualquer tentativa de essencialização para delimitação de supostas características comportamentais de mulheres e sua associação com instituições específicas. Opera-se, portanto, na valorização da dimensão simbólica e nas relações de poder constitutivas de estruturas de oposições entre femininos e masculinos, que extrapolam o sexo de nascimento (portanto, tanto mulheres quanto homens podem agenciar performances masculinas e femininas – cada contexto social atribui os mais diferentes significados às relações de gênero). Sobre o tema das teorias feministas, ver Scott (1990).

²⁷ Por outro lado, são ainda criticáveis mesmo do ponto de vista empírico, na não considerada desconexão entre indicadores etários e a realidade concreta em que vivem inúmeros grupos de indivíduos entendidos como jovens nestas mesmas perspectivas. No Brasil, por exemplo, compreender juventude na linearidade família de orientação → escola → universidade → estágio → trabalho → família de reprodução, indica a posição de classe de boa parte da produção acadêmica: segundo pesquisa realizada em 2003 pelo Projeto Juventude/Instituto Cidadania (Abramo, Branco, 2005), mais da metade (53,2%) das pessoas entre 15 e 24 anos não estavam estudando. Paralelo a isto, aproximadamente 68% estavam trabalhando (36%, sendo que, destas, 60% no mercado informal), ou já haviam trabalhado (32%). Entre as pessoas inseridas nesta faixa etária, 14% (9% dos homens e 18% das mulheres) não moravam com os pais (ou padrastos), com as mães (ou madrastas), e/ou adultos mais velhos. Quase um terço (29%) das mulheres nesta idade viviam com filhos/as, número percentualmente três vezes maior do que de homens nesta faixa etária (9%). É importante demarcar o machismo presente inclusive na tradição burguesa: as mulheres passaram a ter o direito de acesso às instituições de ensino muito tempo após os homens. Por longo período (e mesmo hoje, em muitos contextos), o único percurso possível das mulheres era (ou é) a passagem da família de orientação para família de reprodução, da infância à vida adulta.

²⁸ “A idade e as diferenças etárias estão entre os mais básicos e cruciais aspectos da vida humana e determinantes do destino humano. Durante sua vida, todo ser humano passa por diferentes fases etárias e, em cada uma adquire e usa diferentes capacidades biológicas e intelectuais. Cada fase, nesta progressão, constitui um passo irreversível no desenrolar de sua vida, desde o começo até o seu final. Em cada fase executa diversas tarefas e assume diversos papéis em relação a outros membros de sua sociedade: de criança, ele torna-se pai; de aluno, professor; de jovem vigoroso, transforma-se num adulto que envelhece gradualmente.” (IBIDEM, p. 1)

²⁹ Para Groppo (2000), “originada da cultura e da sociedade ocidental, capitalista, burguesa, liberal, etc. do século XIX, a nossa concepção de juventude ainda é marcada por caracteres definidores e legitimadores cientificistas, baseados em uma noção evolucionista do ser humano e das coisas, ou seja, uma concepção em que

Segundo o historiador Ariès (1978), a França medieval não dispunha de estruturas classificatórias organizadas em termos de grupos etários. Até por volta do século XII, não havia uma imagem da infância como a temos hoje³⁰. Foi então, a partir de um conjunto de modificações estruturais, que se passou a atribuir a um período específico da vida a necessidade de uma espécie de reclusão, quando então seria transmitido às novas gerações uma série de conhecimentos produzidos pelas gerações de até então. Ariès identifica na educação institucionalizada um importante mecanismo de produção de novas relações entre as gerações³¹. Portanto, não só se tratava de compartilhamento de conhecimentos, mas certamente também estava em jogo a reprodução dos conhecimentos tidos como legítimos, a manutenção do *status quo*.

Neste sentido, a construção social de estágios específicos da vida está diretamente imbricada em um conjunto de aspectos que configuram o contexto social da modernidade. Para Debert (2004), um dos aspectos relevante são as transformações econômicas que caracterizam a passagem do modo de produção feudal ao capitalismo³². Da mesma forma, a estrutura social em transformação na modernidade reconfigura os domínios de atuação do Estado, que passa a tratar de questões antes relativas à esfera privada e familiar como problemas de ordem pública. Portanto, o Estado passa a regulamentar as etapas da vida. Os valores simbólicos orientadores da lógica social gradativamente deslocam-se da visão holista típica da Idade Média para perspectivas individualistas na modernidade, promovendo a institucionalização e a burocratização do curso da vida através de sua cronologização (ibidem, pp. 14-15).

A idéia de que os indivíduos estão em um processo evolutivo legítima e reproduz o mito liberal da mobilidade social: “crescer”, “melhorar”, “se qualificar”, são ideais

o ser humano é pensado como indivíduo que, biológica, mental e socialmente, evolui da fase infantil à fase adulta, sendo a juventude uma fase intermediária” (ibidem, p. 271).

³⁰ Segundo Ariès (1978, p. 50), “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para infância nesse mundo”. “Na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio” (ibidem, p. 273).

³¹ “Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos. (...) Iniciou-se então uma verdadeira moralização da sociedade: o aspecto moral da religião pouco a pouco começou a prevalecer na prática sobre o aspecto sacro ou escatológico. Foi assim que esses campeões de uma ordem moral foram obrigados a reconhecer a importância da educação.” (ibidem, p. 276 e 277)

³² “Na explicitação das razões que levaram a cronologização da vida, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas. A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice pode ser pensada como resposta às mudanças econômicas, devidas sobretudo à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para outra baseada no mercado de trabalho.” (ibidem, p. 15)

hegemônicos almejados socialmente e reproduzidos do ponto de vista das trajetórias individuais/individualistas. Neste contexto, as instituições de educação formal são apresentadas como supostas ferramentas de ascensão. Entretanto, segundo Bourdieu (1998), o sistema escolar, ao se apresentar como neutro e desprovido de hierarquias, acaba justamente legitimando e reproduzindo as desigualdades sociais³³. Sendo assim, no plano individual, toda e qualquer desconexão entre desejos subjetivos e possibilidades objetivas (“insucesso”) pode ser justificada do ponto de vista de possíveis equívocos cometidos no passado (que não volta mais!), especialmente na juventude, quando a irresponsabilidade e a imaturidade teriam contribuído para que o agente não tivesse dado conta das atribuições necessárias para aquele estágio, como ter estudado (ou ter estudado mais³⁴), ter escutado as pessoas mais velhas³⁵, etc.

A adequação produzida nas instituições de educação tem como objetivo estrutural a qualificação técnica (servindo para formação de mão de obra) e a posterior inserção de pessoas tidas como adultas no mercado de trabalho e tendo sua ação no mundo marcada pela “responsabilidade”, “maturidade”, etc³⁶.

Atualmente, as lógicas contraditórias do sistema capitalista no que diz respeito ao adultocentrismo apresentam-se nitidamente nos meios de comunicação: por um lado, os principais ideais de juventude assentam-se fundamentalmente no consumo, como mercadoria (tecnologias digitais, estilos de vida “descolados”, “irreverentes”, como no uso de cabelos

³³ “Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais.” (ibidem, p. 53)

³⁴ Neste sentido, é interessante registrar que a pauta de muitos movimentos juvenis está centrada na reivindicação de políticas públicas de juventude que garantam o acesso à educação superior. Entretanto, no Brasil, a grande maioria da população (fundamentalmente as classes subalternas), independentemente de idade, não tem acesso à educação pública: adotando a estratégia de ligar juventude à educação, os movimentos acabam por reproduzir a ideia de que o acesso à educação institucionalizada deva acontecer em um momento determinado da vida, desestimulando pessoas tidas como adultas e idosas ao ingresso em instituições de ensino, promovendo a segmentação de uma luta que poderia ser de toda a sociedade e contribuindo para a invisibilidade das diferenças de classe em relação ao acesso à educação formal.

³⁵ Vale lembrar que as relações de trabalho nos contextos do capitalismo e do adultocentrismo apresentam-se diferentemente segundo os ordenamentos de gênero. Segundo Rosemberg (2001, p. 530), “o trabalho doméstico já foi responsabilizado pelo insucesso das meninas em todo o mundo subdesenvolvido, em decorrência possível do adultocentrismo que percorre nossas reflexões: do mesmo modo que a responsabilidade feminina pelo trabalho doméstico dificulta ou impede a participação de certas mulheres adultas no mercado de trabalho, as maiores dificuldades de escolaridade das meninas, em certos países, decorreria de sua responsabilidade precoce pelo trabalho doméstico; nos países em que o êxito escolar das meninas é superior ao dos meninos, responsabiliza-se o trabalho extra-doméstico pelo fracasso masculino.”

³⁶ Para Debert (2004, p. 17), “o curso da vida moderno é reflexo da lógica fordista, ancorada na primazia da produtividade econômica e na subordinação do indivíduo aos requisitos racionalizadores da ordem social. Tem como corolário a burocratização dos ciclos da vida, através da massificação da escola pública e da aposentadoria. Três segmentos foram claramente demarcados: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; e a velhice e a aposentadoria.”

coloridos, gírias, acessórios etc.³⁷). Por outro, quando, apresentam exemplos de jovens que ascenderam socialmente por outras vias que não as diretamente ligadas a estes ideais de consumo³⁸, normalmente suas imagens são de tipo mais “sério”, “formal”, típicos do mundo adulto, tendo sido construídas em um percurso de disciplina e valorização da aprendizagem e do trabalho, respeitando hierarquias e condições desiguais de produção³⁹.

A partir das bases epistemológicas sustentadas por Foucault, pode-se ainda considerar a construção social da ideia de juventude nos marcos do adultocentrismo e do capitalismo como um dispositivo de disciplinarização, já que as instituições de educação formal reproduzem, hegemonicamente, as lógicas inerentes do modo de produção capitalista e, portanto, de adequação dos agentes sociais ao *status quo* e de formação de corpos dóceis⁴⁰.

Dando seqüência a análise, sustenta-se que a construção de estágios evolutivos acerca do curso da vida é produto e produtora de hierarquizações entre agentes a partir de critérios etários. Para Rosemberg (1997), esta visão social de mundo pode ser vista como adultocêntrica⁴¹.

Portanto, também não é por acaso que, hegemonicamente, os agentes sociais em posições de poder no contexto das instituições que dominam o processo de delimitação e avaliação das classificações etárias (família, Estado, religiões, mercado de trabalho, universidades, etc.) consideram-se adultos. Para Bourdieu (1983, p. 112), “a representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos”.

Max Weber (2000), ao apresentar diferentes aspectos da dominação tradicional (baseada na crença que valida o poder exercido por um chefe), define um dos seus tipos

³⁷ “A juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido a qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados”. (DEBERT, 2004, p. 3)

³⁸ Como pelo mercado da moda, da publicidade, das artes, do entretenimento ou do esporte

³⁹ A hierarquização das relações de produção a partir do ponto de vista da cronologização evolucionista do curso da vida e do adultocentrismo é manifestada contemporaneamente, por exemplo, nos estágios, nos programas de jovem aprendiz etc.

⁴⁰ Como demonstra o autor, os mecanismos de disciplinarização “permitem o controle minucioso de operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade - utilidade são o que podemos chamar as ‘disciplinas. (...) disciplina fabrica assim corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. (FOUCAULT, apud BORGES, 2004, p. 5)

⁴¹ “A Ciência Ocidental apresenta uma postura adultocêntrica, em que aquele que é considerado o mais forte em sociedades competitivas olha para a infância como se procurasse um outro adulto, o adulto que a criança será. A biologização e naturalização da criança e do bebê, com os padrões adultos e de maturidade permeando a compreensão do desenvolvimento, retiram da infância a sua historicidade e seu potencial transformador.” (ibidem, p. 17-18).

primários como gerontocracia⁴². Desta forma, a cronologização do curso da vida em uma perspectiva evolucionista – no caso da modernidade⁴³, adultocêntrica – é o princípio ideológico que constitui e legitima a delegação de poder a um chefe segundo critérios etários⁴⁴.

A perspectiva relacional das dinâmicas exercidas entre as gerações nos marcos da construção de classificações etárias torna a análise extremamente complexa, já que os agentes sociais vivenciam diferentes posições, em diferentes contextos⁴⁵. Desta forma, a construção dos supostos estágios evolutivos da vida cumpre um papel disciplinador não apenas em relação aos agentes entendidos como jovens⁴⁶. Consequentemente, é também importante destacar que as relações de poder e dominação exercidas entre as gerações não obedecem a um sentido unidirecional, estando em permanentes tensões. Isso leva toda e qualquer interpretação à necessidade de não incorrer em generalizações absolutas⁴⁷.

⁴² “(...) situação em que, havendo alguma dominação dentro da associação, esta é exercida pelos mais velhos (originalmente, no sentido literal da palavra: pela idade), sendo eles os melhores conhecedores da tradição sagrada. A gerontocracia é encontrada frequentemente em associações que não são primordialmente econômicas ou familiares” (ibidem, p. 151)

⁴³ “Verifica-se que, ao contrário da visão adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre categorias cosmológicas de grande rendimento e reconhece nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade.” (Tassinari, 2004, p.11)

⁴⁴ A dominação gerontocrática é exercida nas principais instituições tradicionais de socialização, como na família, nas religiões, no mercado de trabalho, na gestão do Estado etc. As instituições de ensino, em que pese serem historicamente os primeiros espaços de socialização das novas gerações (contribuindo decisivamente na produção de estilos de vida homólogos – inclusive a própria idéia de juventude), ainda assim são espaços dominados por posições geracionais identificadas ao mundo adulto e à velhice, tanto administrativa quanto pedagogicamente. Nestes espaços, são inúmeras as estratégias no sentido de imposição e legitimação do controle e da disciplinarização a partir dos prismas normativos do adultocentrismo. Sendo os espaços públicos gradativamente dominados por agentes entendidos (e que podem se entender) como jovens, muitas associações são estabelecidas (nos meios de comunicação, em pesquisas acadêmicas, políticas públicas, etc.) entre juventude e criminalidade, perspectiva marcante da Escola de Chicago, na década de 60, quando dos primeiros estudos sobre juventude.

⁴⁵ Segundo Pasini e Pontes (2007, p. 38), “juventude é uma posição social produzida e inserida nas disputas de poder e dominação típicas das relações entre as gerações. É uma posição geracional relativa (dada na relação) a diferentes situações, e não um grupo etário específico – apesar de que fortemente organizada por eles. Seus significados são frutos de construções sociais, sendo utilizados, conscientemente ou não, de acordo com as estratégias adotadas pelos agentes e suas correspondentes posições. As posições geracionais orientam relações, constituindo-se assim a partir de capitais específicos, que fazem com que sejam ora dominadoras, ora dominadas. As disputas são travadas diferentemente em relação aos variados recortes sociais (classe, raça/etnia, credo etc.) e nos inúmeros campos sociais (ciência, religião, mídia, família, educação, trabalho etc.) nos quais interagem. Entretanto, estrutural e hegemonicamente, a posição juventude é dominada em quase todos os campos de nossa sociedade (a sociedade global), mas não em todos.”

⁴⁶ Os considerados adultos e idosos são inibidos de mudar suas visões sociais de mundo na considerada vida adulta, ter crises de identidade, adotar certos certos códigos simbólicos tidos como de jovens, não ter filhos, morar com pais/mães, etc.

⁴⁷ Assim, um exemplo contrário à dominação geracional fundada no adultocentrismo pode ser observado no caso das associações da idéia de juventude à disposição às novidades: muitos agentes considerados jovens se valerão desta associação em disputas no mercado de trabalho.

A investigação do como os agentes incorporam as classificações, ocupando posições e reproduzindo oposições geracionais, pode contar com o referencial produzido por Bourdieu acerca do conceito de *habitus*, definido pelo autor como princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social (estrutura estruturante), que é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais (estrutura estruturada). O *habitus* é, portanto, necessidade incorporada, convertida em estrutura de disposições geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma. (BOURDIEU, 2007, p. 164). Destarte, a crença dos agentes de que estão evoluindo ao longo do curso de suas trajetórias representa a adequação dos mesmos às estruturas simbólicas correspondentes às posições que passam a assumir. Ao ocupar novas posições, os agentes deparam-se com um novo horizonte de possibilidades e restrições, tendo dos agentes em posições semelhantes a confirmação de que suas ações correspondem às expectativas. Isso devido ao fato de que as estruturas de oposição (que organizam as práticas classificatórias engendradas pelo *habitus*) são perfeitamente homólogas entre si por serem todas homólogas do espaço das oposições objetivas entre as condições (ibidem, p. 167). O conjunto das práticas dos agentes – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (ibidem, p163).

4. Apresentação e análise dos dados

Primeiramente, uma série de elementos indica a presença de valores adultocêntricos na estrutura simbólica agenciadora das relações exercidas entre as gerações no contexto do Orçamento Participativo de Porto Alegre. O adultocentrismo é identificado nas percepções dos e das participantes pesquisados/as acerca do curso da vida, este entendido hegemonicamente como um processo evolutivo, marcado por estágios fixos. Tal análise parte, dentre outros dados, da crença de mais de três quartos (78,3%) dos/das respondentes de que estão individualmente evoluindo (no que diz respeito à qualificação de suas opiniões) com o passar do tempo; e de que quase metade (43,4%) acredita que quanto mais velhas as pessoas, mais elas ficam qualificadas para influenciar na sociedade.

A partir da concepção evolucionista, são estabelecidas hierarquias de poder entre as gerações no que tange às posições em que se encontram no mapa de classificações acerca das

trajetórias de vida. Por um lado, as pessoas mais velhas seriam tidas como sujeitos de direitos especiais: 72,3% dos/das participantes apresentaram uma ou mais respostas ligadas ao evolucionismo do curso da vida como motivos pelos quais as pessoas idosas deveriam ser respeitadas por seus atributos específicos (e não como portadoras de direitos universais).

Por outro, jovens são compreendidas/os como estando em um estágio de preparação, de aprendizado, mas não de condições plenas de exercício responsável da cidadania, o que caberia às pessoas tidas como adultas, idosas ou simplesmente mais velhas. Esta análise é nítida quando da crença presente em mais de três quartos (77,1%) das/dos participantes de que os erros cometidos por jovens se devem a uma ou mais suposta característica negativa e/ou desfavorável da condição juvenil. Para mais da metade (56,6%) da amostra, ser jovem está relacionado a idéias ligadas ao futuro, a um tempo de preparação. De qualquer forma, um dos dados que confirmam a existência de valores essencialistas na definição de juventude é o de que quase três quartos (73,5%) de respondentes classifica, de uma forma ou de outra, o que é ser jovem. Portanto, a dominação geracional gerontocrática se legitima com a naturalização do arbitrário, em um discurso de verdade que é a sua própria afirmação através de diferentes estratégias, e, portanto, a se reproduz.

Imbricados nestes aspectos, o adultocentrismo apresenta-se também na reprodução de um modelo hegemônico de participação: metade (50%) da amostra desaprova jovens de usarem suas férias em reuniões do OP (35,1%) ou considera que talvez possam usar (14,9%). Este dado talvez contribua para a compreensão do por que a grande maioria (86,6%) considera que as reuniões não são atrativas para jovens (47,8%) ou são em parte (38,8%). A oposição entre um modelo tido como adulto e outro tido como jovem se expressa no fato de que dentre as pessoas que consideram as reuniões legais (51,2%), quase a metade (47,1%) avalia que não são atrativas para jovens, e apenas 17,6% acha que são⁴⁸.

Outro dado relevante é o de que a maioria (74,7%) se considera adulta, mesmo entre as pessoas que, segundo critérios etários adotados pelo Estado brasileiro, são jovens ou idosas: entre as pessoas com idades de 16 a 29 anos⁴⁹, 62,5% não se considera jovem; dentre

⁴⁸ Para Bourdieu (1993b, p. 169), “em consequência da relação que une o sistema das diferenças lingüísticas ao sistema das diferenças econômicas e sociais, os produtos de certas competências trazem um lucro de distinção somente na medida em que não se trate de um universo relativista de diferenças capazes de se relativizarem mutuamente, mas de um universo hierarquizado de desvios em relação a uma forma de discurso reconhecida como legítima.”

⁴⁹ Conforme Lei que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude (BRASIL, 2005)

peças as com mais de 60 anos⁵⁰, apenas metade (50%) se considera idosa/idoso. Destes dados, pelo menos três hipóteses podem ser levantadas: os/as participantes se adéquam estrategicamente ao adultocentrismo hegemônico; a percepção de que o OP é um espaço fortemente associado à vida adulta efetivamente desestimula a participação de agentes que se auto-identificam como jovens; e/ou as classificações etárias não correspondem, de modo geral, às percepções que as pessoas têm de si (portanto, uma classificação normativa que desconsidera a auto-definição de um bom número de agentes não somente no OP⁵¹).

Entretanto, mesmo que a maioria se considere adulta, os dados indicam a possibilidade de que as pessoas mais novas incorporem o adultocentrismo em seus universos simbólicos, orientando suas estruturas de disposições duráveis (*habitus*): nenhuma das pessoas com idade até 25 anos acredita ter condições de atuar como representantes no COP (o percentual de pessoas que acreditam ter condições começa a ser maior do que o número de pessoas que acreditam não ter somente a partir da faixa etária entre 34 e 41 anos). Além disto, os dados indicaram que quanto menor é a idade, menor é o desejo em participar do COP: entre as pessoas com até 25 anos, 80% não tem interesse em ser conselheira ou conselheiro; entre 26 e 33 anos, esse percentual é de 66,7%. Apenas a partir da faixa etária entre 42 e 49 anos é maior o percentual de pessoas com interesse em atuar no COP.

Deste conjunto de dados, é possível crer que a participação de pessoas tidas como jovens é desestimulada, hipótese ainda mais reforçada com a identificação de associação estatisticamente significativa ($p = 0,001$) no cruzamento das variáveis tempo de participação no OP e faixa etária: quanto mais novas, há menos tempo atuam no OP. Portanto, provavelmente haja um maior número de saída do processo quanto menores as idades.

Além de evidenciar a presença do adultocentrismo como valor hegemônico no contexto das relações de poder entre as gerações no OP de Porto Alegre, os dados possibilitam a aceitação da hipótese de que a dominação gerontocrática é expressa na distribuição das posições de poder com base em critérios etários. Mesmo que a grande maioria (94,8%) considere importante (55,3%) ou extremamente necessária (39,5%) a participação de jovens e, ainda assim, 73% avalie como muito pouca (48,6%) ou pouca (24,3%) a quantidade de jovens participantes no OP; contraditoriamente, caso duas pessoas estivessem concorrendo ao COP e apresentassem opiniões aparentemente iguais, 37,5% afirma que votaria na pessoa mais velha,

⁵⁰ Conforme Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

⁵¹ A partir destes dados e análises, abre-se a possibilidade de estudos comparativos com outros espaços sociais no sentido de testar a hipótese de que o adultocentrismo constitui-se como valor hegemônico mais expressivo no OP de Porto Alegre do que possivelmente em espaços hegemônicos por outras categorias.

percentual quase três vezes maior do que o de quem optaria pela mais nova (13,9%). Portanto, levando-se em conta os dados indicativos de que jovens estão fortemente associadas/os ao futuro, a um período de aprendizado etc., o posicionamento em favor da pessoa mais velha em uma disputa para representação no COP indica a possibilidade de que a pretendida participação de jovens no OP tenha como objetivo a sua condição de aprendiz dos ensinamentos de pessoas mais velhas, estas, sim, aptas a atuar em instâncias com maiores poderes de decisão.

Consequentemente, confirmando os dados secundários disponíveis (Fedozzi, 2007), constatou-se a preponderância de pessoas com 50 anos ou mais (somam 55% do total). Além disto, foi confirmada a expressiva assimetria nas condições de acesso às instâncias dotadas de maior grau representativo e poder de decisão: participantes com mais de 50 anos correspondem a 47,7% do total de delegados/as, entretanto, este percentual é ampliado para 64,7% entre conselheiras/os. Na amostra, não foi identificada nenhuma pessoa com idade inferior a 33 anos eleita como conselheira.

A investigação empírica possibilita a aceitação da hipótese de que o desenho institucional, os procedimentos definidos para tomada de decisões no âmbito do ciclo do OP e as regras que orientam a composição das instâncias representativas contribuem para a legitimação e a reprodução da gerontocracia. Isso porque reduzem as possibilidades de atos e discussões públicas nas assembleias, favorecem a agregação de interesse através do critério da maioria, restringem a pluralidade representativa e garantem a possibilidade de permanência de representantes por tempo indeterminado. Tais aspectos constituem-se como entraves à participação de posições marginalizadas da cultura política hegemônica, como as pessoas entendidas como jovens. Contribuem também para a impossibilidade de que seja aprofundada a democracia no OP de Porto Alegre, bem como para que este não possa ser identificado como esfera pública baseada nos princípios da democracia deliberativa⁵².

Conclusões

⁵² Segundo Silva (2004, p. 2), “em termos genéricos, podemos afirmar que a democracia deliberativa assenta sobre um conjunto de pressupostos que a distinguem doutras teorias concorrentes. Em primeiro lugar, a sua insistência na noção de **“debate racional”** enquanto procedimento político por excelência, **em vez da noção de “compromisso entre interesses divergentes”**. Em segundo lugar, como sublinha Jon Elster, **ao invés dum acto privado** como é o voto, a democracia deliberativas aposta num **acto público** enquanto acto político por excelência – a **troca livre e pública de argumentos**. Em terceiro e último lugar, a ideia de que se trata de deliberação realmente democrática, no sentido de que incorpora princípios essenciais do ideário democrático, como sejam a **igualdade política de todos os participantes** e a **sensibilidade ao interesse público.**” (grifos meus)

Os dados produzidos indicam que a hipótese da investigação é dotada de potencial heurístico em relação ao problema de pesquisa. O adultocentrismo constitui-se como terreno ideológico de produção, legitimação e reprodução da dominação gerontocrática, tendo na ideia de experiência o principal capital simbólico orientador das estratégias de poder. A ideia de experiência tanto desestimula pessoas entendidas e que se entendem como jovens, quanto justifica posições privilegiadas nas hierarquias de poder, mesmo entre agentes na mesma faixa etária. Portanto, cumpre dupla função, ambas imbricadas na legitimação e reprodução de exercícios de dominação. É, portanto, uma das principais estratégias de ascensão política verificada no OP de Porto Alegre⁵³.

Finalmente, conclui-se que os dados não possibilitam a afirmação de que as configurações de poder entre as gerações no OP de Porto Alegre, marcadas pelo adultocentrismo, determinam por si só a baixa participação de pessoas com até 24 anos nas principais instâncias de decisão. As condições sociais destas pessoas, bem como os valores e as práticas hegemônicas da sociedade como um todo (a sociedade global) certamente atravessam o OP. Mas a pesquisa identificou, sim, a reprodução do adultocentrismo na dinâmica dos/das participantes pesquisados/as. Isto é, não há indícios, pelos dados produzidos, que possam apontar algum tipo de resistência ou transformação sobre este tipo de relações geracionais dominantes na prática da democracia participativa representada pelo OP.

Conseqüentemente, os dados apontam a possibilidade de avanço no sentido da formulação de outros problemas de pesquisa: ter experiência é, de alguma forma, se adequar à cultura hegemônica (adultocêntrica)? Quais são os capitais simbólicos que agentes entendidos como jovens lançam mão para disputar posições e ascender nas hierárquicas instâncias de participação? Adaptam-se aos valores hegemônicos do adultocentrismo e buscam conservá-los diante de resistências provenientes de agentes tidos como jovens? Subvertem capitais adultocêntricos em detrimento da reprodução de quais outros capitais? Assim, a construção social das classificações simbólicas ancoradas em critérios etários, geracionais e/ou em estágios da vida poderia ser, por outro ponto de vista e com base em outros dados, questionada como definidora de modos similares e opostos de ser, pensar e agir no mundo.

⁵³ Para Bourdieu (2004, p. 94), “todos os grupos empregam estratégias específicas para se produzir e se reproduzir, isto é, para criar e perpetuar sua unidade, logo, sua existência enquanto grupos, o que é quase sempre, e em todas as sociedades, a condição da perpetuação de sua posição no espaço social.”

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Editora Página Aberta, 1994.
- ABRAMO, Helena. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação, n°5/6. São Paulo: 1997
- ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005
- ARIÈS, Philippe. *História social da família e da criança*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.
- BAQUERO, Rute e BAQUERO, Marcello. *Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses*. In: Revista Ciências Sociais em Perspectiva, 2° Sem 2007
- BAQUERO, Marcello. *A Pesquisa Quantitativa nas Ciências Sociais: uma introdução*. Porto Alegre: Editora Escritos / UFRGS, 2008.
- BORGES, Juliano Luis. *Escola e disciplina: uma abordagem foucaultiana*. In: Revista Urutágua, n° 05 – dez/jan/fev/mar. http://www.urutagua.uem.br/005/05edu_borges.pdf. 2004
- BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk Editora, 2007.
- BRASIL. Lei n.11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria a Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis n.10.683, de 28 de maio de 2003, e n.10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 15 nov. 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estatuto do idoso. Lei n. 10741 de 1 de outubro de 2003. Brasília. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 10 novembro 2010.
- DEBERT, Guita Grin. *A cultura adulta e juventude como valor*. Texto apresentado no ST13: “Imagens da Modernidade: mídia, consumo e relações de poder”. Anpocs, Caxambu, 2004
- DICK, Hilário. *Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na história*. São Paulo: Loyola, 2003.
- EISENSTADT, S.N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- EMMANUELLI, Michèle. *A clínica da adolescência*. In CARDOSO, Marta Resende e MARTY, François (orgs). *Destinos da adolescência*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008
- FEDOZZI, Luciano. *Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação*. In Fleury, Sonia e Lenaura Lobato (organizadoras). *Participação, Democracia e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2009.

- FEDOZZI, Luciano. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados: perfil social e associativismo, avaliação e expectativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo. Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas de Gestão Municipal. IPPUR/FASE. 1997.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1972.
- GROPPO, Luis Antônio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- IBGE. Censo Demográfico 2000 – Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- MISCHE, Ann. *De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política*. In: Revista Brasileira de Educação, nº5/6. São Paulo: 1997
- PAIS, José Machado. *A construção sociológica da juventude: alguns contributos*. Análise Sociológica, v. 25, 1990
- PASINI, Elisiane e PONTES, João Paulo. *Jovens Multiplicadoras de Cidadania construindo outra história!*. Porto Alegre: Themis, 2007
- ROSEMBERG, F. *Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9. n. 2, p. 515-540, dez. 2001.
- ROSEMBERG, F. *Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio*. Campinas: Pro-Posições, v. 7, n. 3, 1997.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade: Porto Alegre, 16, p. 5-22, jul/dez. 1990.
- SILVA, Filipe C. *Democracia deliberativa: avaliando os seus limites*. II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política. Fundação Gulbenkian, 2004 (mimeo)
- SPOSITO, M. *Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*. . In: Revista Brasileira de Educação, nº13. São Paulo: 2000.
- TASSINARI, Antonella. *Concepções indígenas de infância no Brasil*. In. Tellus, ano 7, n. 13, p. 11-25, out. Campo Grande: 2007
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.